

Entre rasgos de verdade e olhar estetizante: as cartas de Ana C.

Correspondência incompleta - Ana C.

CESAR, Ana Cristina (organização de Armando Freitas Filho e Heloísa Buarque de Hollanda)

Rio de Janeiro: Aeroplano, 1999. 314p.

"Escrever cartas é mais misterioso do que se pensa. Na prática da correspondência pessoal, supostamente tudo é muito simples. Não há um narrador fictício, nem lugar para fingimentos literários, nem para o domínio imperioso das palavras. Diante do papel fino da carta, seríamos nós mesmos, com toda a possível sinceridade verbal: o eu da carta corresponderia, por princípio, ao eu 'verdadeiro', à espera de correspondente réplica. No entanto, quem se debruçar com mais atenção sobre essa prática perceberá suas tortuosidades. A limpidez da sinceridade nos engana, como engana a superfície tranqüila do eu".
(Ana Cristina Cesar)

Desconfiar da sinceridade das cartas, desconfiar da simplicidade da exposição de um eu: eis o alerta que Ana Cristina Cesar fazia aos leitores das cartas de outro poeta, o romântico Álvares de Azevedo, em resenha estampada nas páginas do *Jornal do Brasil* em 30 de abril de 1977, agora também encontrada em livro. Numa espécie de aviso antecipado aos futuros leitores de outras cartas, escritas estas pela própria Ana Cristina, a poeta criticava o olhar ingênuo do organizador das cartas de Álvares de Azevedo, que via nelas a possibilidade de corrigir uma suposta falsa imagem

que os poemas veiculariam. A correspondência era, assim, ingenuamente lida como reflexo fiel do autor, que, ao ser contrastada com seus insinceros versos, passaria a funcionar como termômetro de uma verdade encoberta. Como antidoto a essa leitura, Ana Cristina põe em cena outro correspondente contumaz, Mário de Andrade, e comenta:

A visão de Mário é mais rica: o fingimento é próprio da literatura, mas só se afirma sobre bases deveras sentidas. A insinceridade, porém, não se detecta cotejando o documento com a literatura de um Autor, mas dentro da própria produção literária, como problema intrinsecamente literário, como dado revelador de um jogo de recalques e poderes. Via Mário, revitaliza-se o uso inteligente da biografia e da correspondência, e evita-se um cotejamento simplório entre o literário e o extraliterário. É talvez nesta perspectiva que se salva a consulta desta acadêmica edição das *Cartas de Álvares de Azevedo*: consultá-la sem levá-la ao pé da letra, e sem fúrias biografistas (p. 106).

Sabendo que as cartas não são documentos, e que as fronteiras entre o literário e o extraliterário não são claramente delimitadas, assim como não o são as fronteiras entre a sinceridade e o fingimento, é que podemos ler a *Correspondência Incompleta* de Ana Cristina Cesar, publicada em meados de 1999 pela editora Aeroplano. Uma bela edição, com muitas fotografias, algumas inéditas, e reproduções facsimilares de cartões ou trechos de cartas. Uma edição que poderia levar um incauto ou perverso leitor, ávido por adentrar na intimidade supostamente explicativa de tragédias pessoais, ao equívoco da leitura meramente biográfica. Mas todo cuidado é pouco, pois entre as cartas de Ana C. e sua literatura as vias de mão

Correspondência Incompleta. A escolha do título já institui a dupla referência: de um lado, "incompleta" registra factual e honestamente o caráter desse conjunto, que pretende apenas trazer a público uma parte da correspondência de Ana Cristina Cesar; de outro lado, o título alude a texto conhecido da autora, o minúsculo livro com apenas uma carta — de "Júlia" a "My dear" — e que porta o irônico título *Correspondência Completa*.²

Assim, se o leitor recebe a informação de que nesse livro não estão todas as cartas, e, portanto, não está nele "toda a verdade", o leitor de Ana Cristina saberá de antemão que as cartas "verdadeiras" podem não o ser, assim como a ficção pode ser verdade, o que também pouco importa: entre a "literatura pura", que "não entende as referências diretas", e a idéia de que "cada verso oculta sintomas, segredos biográficos",³ Ana Cristina fica com ambos e com nenhum — e é nessa fresta, ou nesse campo híbrido, que somos convidados a entrar quando lemos as cartas desta envolvente *Correspondência Incompleta*.

A edição nada tem de "acadêmica", no sentido que Ana Cristina dava ao termo na resenha de 77: não se trata de pesquisa de "scholar", não há notas dos organizadores comentando as cartas, não há "cuidados de autopsiador". Não há explicações, sequer as necessárias. O que pode até ser muito bom. Mas não podemos perder de vista que se trata de uma correspondência entre pessoas que se conheceram através da "academia", que tiveram no curso de Letras seu ponto de ligação, e na literatura seu solo comum. As destinatárias dessa correspondência são quatro mulheres que não apenas foram amigas pessoais de Ana Cristina, mas tiveram especial importância na vida intelectual da poeta: três delas foram suas professoras e a quarta, além de colega de faculdade, foi co-autora de algumas traduções de poesia, o que traz a essa interlocução uma certa especificidade. Temos, portanto, quatro conjuntos de cartas, a quatro destinatárias bem definidas, que as cederam para a publicação e que se limitaram a prestar um delicado esclarecimento, ao final do volume, sobre suas relações com a poeta, relações que mesclam atividades acadêmicas, amizade pessoal e, especialmente, literatura.

Os organizadores do volume fizeram mais do que um recorte e uma escolha: exerceram uma espécie de co-autoria ao intervir nos conteúdos

para proceder a uma certa censura explícita,⁴ e tiveram por objetivo "mostrar em estado original uma das principais matrizes de sua criação literária, além de revelar, pura e simplesmente, a exímia missivista" (p. 9). Escolha acertada, diga-se, que evidencia mais do que simples "matrizes": nessas cartas podemos ler toda a complexa imbricação entre arte e vida, entre confissão e elaboração estética, entre fingimento e sinceridade, numa verdadeira mescla de textos migratórios, que passam de um registro a outro, de um lugar a outro, e que atravessam a obra literária de Ana Cristina Cesar, na qual agora se inclui, necessariamente, essa *Correspondência Incompleta*.

As 81 cartas e os 21 cartões, escritos entre janeiro de 1976 e dezembro de 1980, nos mostram a preocupação com a escritura e a consciência de que o privado pode se tornar público — o olhar do outro, do destinatário explícito, pode se confundir com o do leitor anônimo. E o público adquire ares de intimidade devassada, sempre no limite entre o fingimento e a sinceridade, entre literatura e confissão. As cartas, esses "escritos da intimidade", já prevêem a possibilidade de atingir muitos outros olhares: "ainda imagino editar nossa correspondência completa, aperfeiçoando os personagens" (p. 269), diz a poeta numa delas. Em outra, ela reforça: "Vamos fazer uma coisa? Eu faço um livro com as tuas cartas e você faz um com as minhas, com faro e certo distanciamento. Quando estiverem prontos, as autoras censuram os respectivos" (p. 276). Ou ainda: "Confesso que ao reler aquela carta, na qual espero que você tenha tocado fogo, publicar só dando nome aos bois, eu tive *seconds thoughts as well*, aquela vaga *aloofness* do narrador parecia de propósito, eu até previ que ia te irritar um pouco, logo você que me escreve cartas no calor da hora, mas embora eu seja melhor na premeditação [...] do que no improviso, juro que foi de verdade etc etc" (p. 56).

Entre os rasgos de verdade e o olhar estetizante, os ritmos e suas frases transitam das cartas para os livros de poesia, ou de prosa poética, e vice-versa. Os deslocamentos textuais e as ambigüidades cultivadas, talvez as principais marcas da poesia de Ana Cristina, podem ser vislumbradas também nos textos dessas cartas, que exercita o distanciamento e a escrita de si.

O que lemos nessa *Correspondência Incompleta*? Podemos ler alguns ecos da história política conturbada dos anos de ditadura. Ana nos

fala de sua admiração pelos focos de resistência, mas com agudo e precoce senso crítico, entre outros pontos, ao autoritarismo que parte da esquerda demonstrava: "não é só a censura; a censura vira desculpa, vira ponto de união de um saco de gatos onde entram inclusive os maiores filhos da puta. [...] Desconfio, desconfio. Nesse ponto acho o Adorno ótimo" (p. 136-137).

Em outras dobras, lemos outras histórias também datadas e circunstanciais, sempre marcadas pela desconiança: a atmosfera cultural e estudantil, críticas fortes à universidade (mais presentes nas cartas do período 76/77), os jornais alternativos, o "duvidoso movimento estudantil" (p. 26), as novelas da TV, o cinema, as leituras, os namorados, a depressão, outras leituras, os conflitos afetivos, o grupo de estudos, os comentários sobre lançamentos de livros, os livros em gestação. Ou ainda a atmosfera poético-política que propicia ao olhar da poeta reflexões de várias ordens e uma, digamos, curiosa taxionomia:

O grupo de poetas porralocas se esparrama pela cidade. Já conseguiram atrair carroções, que impediram o recital em Niterói. Na PUC Agrediram o Afonso. Hoje vem no jornal que o *Almanaque Biotônico*, publicação deles (o grupo se chama Nuvem Cigana, e no carro-chefe vem Charles, Chacal e Bernardo), foi apreendido por ordem do ministro da Justiça. Outro dia teve um encontro (pacato) de poetas na Casa do Estudante, onde esse pessoal foi imprensado pelos poetas fudidos, mulatos, do subúrbio, que esses sim se consideram verdadeiros opositores do regime, tanto no verso quanto na posição de classe. Criou-se desconfortável contradição: poetas de Ipanema X poetas do subúrbio [...]. É engraçado estar participando ao vivo da 'história literária' (pretensão?) (p. 97-98).

Especialmente nas cartas de 79/80, escritas na Inglaterra e dirigidas a Heloisa Bucarque de Holanda, pode-se ler o interesse pelas questões ligadas à mulher e ao feminismo: "Eu estou a mil nesse assunto de mulher, a Anais Nin dava umas conferências na Califórnia, ela diz que literatura de mulher é coisa de Inconsciente, e que tem aquelas escritoras masculinas que dão aflição nela" (p. 61). Mais uma vez, Ana Cristina evita a adesão ingênua: "tem uma coisa que eu desconfio [...], mas eu leio, tem umas escritoras novas americanas muito incríveis, só falta combinar escrita (ou cinema, sei lá) de mulher com uma certa graça, um batom, um cacacá, está muito puxado pro

A saudável desconfiança não impede a pesquisa: "Estou fazendo um levantamento de livro de mulheres, mas é difícil porque aqui tem um excesso desse assunto e pelo menos uns 500 grupos feministas editando bibliografias completas todo mês" (p. 69). Essa abundância de material produz comentários entusiasmados, porém muito críticos, com um olhar atento à crítica que já se produzia nesse campo de estudo: "Tem tanto feminismo aqui que é difícil achar um que não seja. Está começando a pintar *critiques* de feminismo bem sérias. [...] É raro porque o que tem de blablablá feminista!!!" (p. 72). Como se vê, Ana Cristina não aderiu à "moda" feminista e procurou localizar, no que chama de "pós-feminismo", a força maior dessa produção e que iria inclusive alimentar seus textos sobre a escrita feminina e, evidentemente, atuar sobre sua própria escrita. Afinal, a escrita, ou a literatura, é a grande matéria de Ana Cristina.

Se a escrita é tema e motivo, o que lemos efetivamente nestas cartas, para muito além das circunstâncias, é o exercício literário, a busca da sintaxe coleante que é puro desejo, materialização do ritmo obsedante na cabeça — as cartas definitivamente não são sem estilo, mas verdadeiros exercícios de estilo — e, especialmente, exercícios de si, em que fragmentos de vida e de leituras se reelaboram, se preparam para migrar de um texto a outro. Adestramento pessoal e desenvolvimento da aptidão profissional, maneira de se treinar, as cartas de Ana Cristina, tal como as outras escritas de si analisadas por Foucault,⁵ passam em revista o dia — "Passo o dia me narrando o próprio dia" (p. 91). Assim, as cartas, essa escrita de si, passam também em revista o texto e a vida, a vida no texto, o texto da vida, a vida que é texto, que é literatura. Escrever, ler, ler para escrever, reler: "vou ter que reescrever as cartas que escrevi para a Cecília" (p. 91). E o ato de ler e reler a própria correspondência garante a reciprocidade consigo mesma, reciprocidade do olhar que se revisa, se corrige, se constrói: "Releio hoje cartões postais que mandava da Europa, todos literatura. 'Reparo.' 'Percebo.' 'Constato.' Ainda formas de distanciamento" (p. 217). E conclui não sem ironia: "Estou escrevendo de lá pra cá. Se eu fosse literata eu diria: minha pena vaga. Estas linhas vagas não merecem muito: corte as belas gravuras e cole no álbum de recados" (p. 218).

O ato da releitura e as referências à publicação dessas cartas institui, para esses

exercícios de si, o borramento das fronteiras entre a intimidade e a exposição, ou entre a confissão e a literatura, que se define como o exercício também do distanciamento e a busca, falsa, da pureza: "Acho sempre que tenho que produzir *something witty and brilliant*, no seu tom certo — mas pra escrever carta preciso renunciar pelo menos pela metade à literatura [ou à pose ou ao fetiche — sem querer ainda identifico os três e, é claro, não consigo mais 'fazer literatura']" (p. 15). Pureza impossível para quem deseja a mescla: "eu queria escrever claro, puro, sem circunlóquios, sem metalinguagens, sem arpejos & desvios. [...] Como 'escrever puro' não se faz por programa, estou de volta à pena, praticando correspondência outra vez" (p. 95). E volta quase como uma obsessão a imagem do exercício no jogo entre intimidade e exposição: "o tratamento literário envolve, protege a intimidade, e aí desenvolve & desprotege, visualiza, a literatura será outra coisa? Me exercito no distanciamento, ouço as frases se ligando só por vírgula, sem poder parar" (p. 223). E o que será a literatura para a missivista que se dá a ler ao nosso olhar indiscreto? "A literatura parece ser um lugar de dizer *com ousadia* que eu não teria 'na vida real'. O foco em 3ª e o discurso indireto livre aparecessem como perigosos artifícios. Não sei, isso me confunde. Mas por outro lado é tão mais interessante que o 'belo em si' de certos poemas... A solução que vejo: é uma forma ainda híbrida" (p. 186).

Parece estar nessa idéia de forma híbrida a escolha efetiva de Ana Cristina para sua própria literatura: uma palavra híbrida em muitos sentidos — híbrido de poesia e prosa, de verdade e ficção, de baixo e alto, de sublime e de prosaico, de rasgos de verdade com olhar estetizante, de novo e gasto, de original e citação, de correspondência e metalinguagens: "Preciso acabar com essa mania de transformar carta em diário íntimo, pesado, minucioso (cf. diários íntimos ficícios, in *Antologia*) [...] foda-se a metalinguagem da intimidade (a literária é — será? — outra história. Que achas?)" (p. 117). A dúvida (fingida?) sobre a natureza da linguagem poética que se imiscui no texto acaba equiparando as duas formas — deixa de discriminar entre uma linguagem da comunicação e uma linguagem poética, assim como deixa de discriminar entre uma exposição da intimidade e uma construção estética. "o tratamento literário envolve, protege a intimidade, e aí desenvolve & desprotege, visualiza, a literatura será outra coisa?"

Me exercito no distanciamento, ouço as frases se ligando só por vírgula, sem poder parar" (p. 223). E as cartas explicitam o que os poemas demonstram: a poesia de Ana C. é fruto de intensa leitura, do exercício da e na ambigüidade entre intimidade e distanciamento alimentado pela biblioteca:

Não fica mais esquisito ainda? 'Arpejos' é um dos poucos textos meus que eu gosto, não abro mão. É tudo 'estritamente real', *Antonia* são poemas do Bandeira citados, e você sabe a história. Aliás ando fascinada com o 'estritamente real' — diários, cartas, biografias, Sussekind — queria, se eu pudesse, trabalhar nesse sentido. [...] a biografia de Virginia Woolf [...] tem essa qualidade que eu ando desejando, contra minhas garras formalistas — a despreensão literária (que pode acabar dando em literatura) (p. 124).

De fato: nessa *Correspondência incompleta*, tudo acaba dando em literatura. E isso é o que importa verdadeiramente nessa conversa entre mulheres. Vale a pena esta leitura.

1. CESAR, Ana Cristina. O poeta é um fingidor. In: *Escritos no Rio*. Rio de Janeiro: UFRJ/ São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 105.
2. O livrinho de um único texto com 12 páginas, medindo apenas 10,5cm x 7,5cm, foi publicado no Rio de Janeiro em 1979, em edição independente. Foi incluído em 1982, com algumas alterações, em *A teus pés* (São Paulo: Brasiliense), p. 85-91.
3. CESAR, Ana Cristina. *A teus pés*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 90.
4. Conforme se anuncia na "Nota dos organizadores" e se demarca nos textos, passagens que "pudessem causar constrangimentos para as pessoas citadas e respectivas famílias" (p. 11) foram expurgadas, bem como alguns nomes foram reduzidos a iniciais. Fica, no entanto, uma questão, no mínimo curiosa: por que outras passagens, que também podem ser constrangedoras, foram mantidas?
5. FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: _____. *O que é um autor*. Tradução de António Fernandes Cascais e Edmundo Cordeiro. Lisboa: Veja, 1992, p. 129-160.

Um modo de (ad)mirar Clarice

Clarice Lispector. Uma poética do olhar

PONTIERI, Regina

São Paulo: Ateliê, 1999

Normalmente relegado pela crítica a um segundo plano dentro da obra de Clarice Lispector, *A cidade sitiada* encontrou uma leitora sagaz. Regina Pontieri, de modo minucioso, inteligente e numa escrita sóbria e bem fundamentada, reexamina a fortuna desse texto em nossa literatura e o papel que lhe cabe no traçado complexo da obra de Clarice. O resultado é surpreendente.

Na visão que daí resulta, o texto é considerado como um momento particularmente relevante na constituição de uma *poética do olhar* em Clarice Lispector. Através de argumentação lúcida e lentamente articulada, que não deixa escapar o pormenor, Regina Pontieri traz para o primeiro plano de sua análise a atividade visual que observa ser construtora de um sentido de mundo como exterioridade visível.

Terceiro romance da autora, *A cidade sitiada* foi concebido durante sua permanência em Bema, entre 1946 e 1949, e publicado nesse último ano. A seqüência das cartas enviadas à família, durante o período de feitura do livro, revela o "denso nevoeiro de melancolia" que atinge a escritora, afastada do Brasil para acompanhar o marido diplomata. Vinte e um anos depois da publicação da obra, Clarice iria ainda referir-se a esse livro, numa crônica feita para o *Jornal do Brasil* em 21 de fevereiro de 1970. Num agudo comentário da escritora, Regina Pontieri sabe ver e recolher a pista que desenvolverá numa apurada interpretação do romance: "a visão [...] altera a realidade, construindo-a. Uma casa não é construída apenas com pedras, cimento, etc. O modo de olhar de um homem também a constrói."

Partindo da concepção de que as obras de Clarice estão implicadas entre si, adensando-se, e se beneficiam de uma leitura não-linear, integrativa, em que o valor de cada uma torna-se mais plenamente visível contra o pano-de-fundo das demais, Regina Pontieri dedica todo um capítulo à articulação de *A cidade sitiada* com outras obras da autora, especialmente *Perto do coração selvagem*, *O lustre* e *A paixão segundo G. H.*. Nos demais capítulos ela faz uma interpretação das mais sensíveis que revela aspectos inusitados desse até então pouco valorizado trabalho de Clarice.

A cidade sitiada retoma a subdivisão em capítulos da obra de estréia da escritora, mas o que apresenta não é, todavia, como em *Perto do coração selvagem*, um mundo que vem à tona pela consciência da personagem. Trata-se agora de apresentar quadros estáticos da vida provinciana, de tal modo que as personagens são feitas de exterioridade. A construção do processo de significação não parte, como antes, da consciência, mas está no mundo. E a história se torna o ato de enunciar visualmente o espaço: casa e cidade, corpo e personagem passam a ser formas que, deslocando-se da dimensão do tempo, mergulham na da espacialidade.

Lançando mão da concepção de história que Benjamin registra em *Origem do drama barroco alemão* — a história como natureza —, Regina Pontieri trama os elos de uma leitura que, percebendo na obra de Clarice Lispector uma articulação quase barroca de metamorfose alegórica, relaciona *A cidade sitiada* à simbiose entre natureza e história, entre corpo e espírito. A ensaísta considera que isso se realiza pelo viés de uma espacialização que privilegia a extensão, o corpo, o visível, a objetividade entendida como o aparecer das coisas no mundo.

Diferentemente de *Perto do coração selvagem*, exercício intrincado de subjetivação de Joana, a protagonista, *A cidade sitiada* como que procura construir em Lucrécia a "impessoal". A narradora vê Lucrécia construindo seu mundo, ao mesmo tempo em que traça a realidade fictícia do capítulo e do livro: nisso se assemelham. Isso

permite "à narradora ver alguém que vê com o corpo e, assim, construir uma linguagem que veja o mundo com seu próprio corpo" (p. 175).

Assegurando, no entanto, a complexidade das estratégias narrativas, diz Pontieri que *Perto do coração selvagem* já apresentava as formas larvares dessa *Impessoa*. A construção desse procedimento se avança a partir das correlações e identificações entre a personagem e objetos e animais. Lucrécia gasta boa parte de seu tempo exercitando transformar-se em objetos — flor, estátua, cadeira — como um modo de vê-los efetivamente. Esse poder de comunicação com o além-linguagem (com o mineral e o animal) é gerador de metamorfoses e cruzamentos que anos depois ainda estariam no cerne de *Água viva*.

Mas a descoberta magnífica da obra de Regina Pontieri é a capacidade de engendrar uma interpretação extremamente produtiva e inteligente para essa *coisidade irreduzível* (a expressão é de Pontieri), que está no cerne da poética de Clarice Lispector. Graças a um trabalho sistemático de libertar o signo do real e da referencialidade miméticas — o que estou chamando de um fazer em permanente metamorfose —, aparece em Clarice o enigma fundamental, que Pontieri busca entender: a construção de um eu não mais cartesiano.

Da junção de um eu com um ele, impessoal, a escritura de Clarice Lispector procura chegar ao seu outro: a não-palavra. Nesse sentido, realiza a experiência de construção da alteridade em que o eu é e não é o outro. Na dinâmica de uma trajetória de identidades em palimpsesto, Regina Pontieri lança à luz seu des-cobrimto: "Pintura e espelho, A cidade situada se mostra como o instrumento de uma universal magia que transforma coisas em espetáculos, os espetáculos em coisas, eu no outro e o outro em mim" (p. 185).

Na obra enigmática de Clarice Lispector, o deslizamento e a metamorfose do processo de significação são lições teóricas de alta valia para o

universo dos estudos feministas e de gênero. De um lado, porque revelam que a circulação do significado jamais é linear ou submetida a uma lógica de exclusão ou binarismo. Animais, humanos e minerais, pessoas e coisas, masculino e feminino são moedas em circulação finíssima. Nelas, a chispa da metáfora brota de uma contínua possibilidade de proliferação incessante de paradigmas. De outro lado, porque mostram que, para o bem e para o mal, não só a literatura, enquanto discurso, goza dessa prerrogativa. Outras práticas, ideológicas, também têm esse poder de metamorfose só que, simulando espalhar-se, cristalizam, em redes aparentemente mutáveis, a generalização da cultura.

Ao estudar o regime literário da escrita (o *genre* e não o *gender*), o livro de Regina Pontieri não se dirige prioritariamente aos estudos feministas. Mas abre-lhes um inestimável espaço teórico, capaz de questionar as estratégias de exclusão praticadas pelo viés do gênero. Examinando o procedimento alegórico da obra de Clarice Lispector e constatando que, através dele, sua escritura pode construir uma relação de alteridade pautada na reversibilidade, o estudo de Regina Pontieri — *Clarice Lispector. Uma poética do olhar* — põe a nu os impedimentos de reflexão contidos na dicotomia [masculino/feminino; corpo/alma; sujeito/objeto], uma "das mais secas do dicionário".

Já não mais sujeitos da visão em tudo distintos dos objetos olhados, os personagens de Clarice Lispector são *videntes-visíveis*. Como o pensamento, incansáveis, eles começam sempre de novo, e voltam sempre às próprias coisas. Ser e contemplar, nesse universo, se contaminam. Desse contágio, o entrecruzamento de sentidos impede a aridez das dicotomias. O mundo de Clarice, na bela leitura de Pontieri, "traz inscrito no visível de sua materialidade corporal, o invisível de seu sentido" (p. 219).

LUCIA HELENA ■

Feminismo Queer

Common Women, Uncommon Practices: The Queer Feminisms of Greenham

ROSENEIL, Sasha

Londres: Cassel, 2000, 340p.

No auge da Guerra Fria, os Estados Unidos instalaram uma base militar no Reino Unido. *Greenham* não era apenas uma base aérea de ocupação geográfica, mas uma área repleto de instalações nucleares apontadas para diversas cidades européias, com especial interesse no contraste de forças com a antiga União Soviética. Eram os primeiros anos da década de 80, um tempo de amadurecimento e fortalecimento político dos movimentos sociais, especialmente do feminismo e das organizações pela paz e anti-militares. Foi a partir, por um lado, da resistência à militarização do Ocidente, especialmente pelo medo provocado pela possibilidade de uma guerra nuclear (reforçada por propagandas nacionalistas do governo britânico que instrua a população sobre como proceder em casos de ataque) e, por outro, da luta feminista, que se formou o grupo das "mulheres comuns" de *Greenham*, algo absolutamente original na história da luta feminista pela paz.

Tudo começou sem planejamento, como insistentemente lembra Sasha Rose Neil em sua brilhante etnografia sobre as mulheres comuns de *Greenham*. Na esteira da tradição britânica de protesto sob a forma de caminhadas, um grupo de cinco mulheres teve a idéia de organizar uma marcha de nove dias, intitulada "Mulheres pela Vida na Terra", que teria como ponto de chegada a base militar de *Greenham*. As idealizadoras da caminhada agregaram-se as mais variadas pessoas, desde feministas com experiência de militância política e mulheres adeptas de diversas religiões (especialmente as *quakers*, pela tradição de luta pela paz) até alguns poucos homens. Ao final, trinta e nove pessoas completaram a

caminhada e, na falta de melhores opções, decidiram acampar em torno da base militar. Foi assim que nasceu o acampamento de protesto das mulheres comuns de *Greenham*, uma espécie de irmandade feminista aliada a um certo espírito maternal que dominava a caminhada, ou nas palavras de Rose Neil: "a natureza da identificação da caminhada com as mulheres estava no trabalho e nas responsabilidades a elas associadas mais pela identidade de gênero do que por críticas ao feminismo. O discurso feminista não estava ausente, mas não ocupava um papel central ou mesmo uma posição dominante" (p. 46). Ou seja, a permanência em *Greenham* não foi prevista como um ato de protesto e, como a etnografia sugere, poucas foram as ações planejadas das mulheres comuns, sendo essa desordem estrutural do movimento um dos aspectos mais fascinantes do relato.

Dentre as poucas regras que vigoraram em *Greenham*, a mais importante foi a de que o acampamento seria apenas de mulheres. Os homens que inicialmente realizaram a marcha tiveram que, mesmo a contragosto de alguns, se retirar do local. A permanência exclusiva de mulheres representou um verdadeiro divisor de águas no estabelecimento da política de resistência e identidade de *Greenham*: "foi somente depois da decisão de que somente mulheres iriam ficar que *Greenham* realmente começou a crescer em tamanho e a influenciar outras ações; outras mulheres foram atraídas para o campo" (p. 146). Eram mulheres convivendo apenas com mulheres. Mulheres que tinham no anarquismo, no socialismo, no pacifismo e no feminismo pontos-chave para a (des)organização social. Do anarquismo, as mulheres comuns retiraram a ausência de regras formais e de hierarquia; das bruxas, perseguidas na Idade Média, o misticismo e a coragem; do feminismo, a voz feminista de crítica e oposição às estruturas de opressão masculina. Rose Neil aponta o feminismo, a bruxaria e o anarquismo como as origens míticas de *Greenham*, de onde as referências mínimas de consenso social foram retiradas.

O livro de Rose Neil, como a própria autora sugere, é um misto de etnografia, biografia e teoria (p. 8). A autora viveu durante cerca de um ano no

campo de Greenham e parte importante de seus dados é resultado de sua experiência como uma mulher comum no acampamento. Foram realizadas entrevistas com 35 mulheres que viveram na base, e o livro é recheado de trechos dessas falas, especialmente sobre temas que a autora visivelmente apresenta dificuldades, mais existenciais que argumentativas, em abordar. Na verdade, a autora, em *Disarming Patriarchy: Feminism and Political Action at Greenham* (1995), já havia apresentado Greenham sob uma perspectiva sociológica e feminista de inspiração homossexual.

Entretanto, diferentemente do livro anterior, em *Common Women, Uncommon Practices*, Rosenell não mais considera que Greenham tenha sido um espaço de resistência política de mulheres lésbicas, ou seja, uma comunidade lésbica pela paz. A grande novidade teórica é que a autora revê seus dados, coletados entre 1989 e 1991, e sugere a idéia de que o feminismo desenvolvido em Greenham era do estilo *queer* e não apenas de inspiração lésbica: "Ao descrever Greenham como uma cultura do feminismo *queer*, busco resgatar a diversidade de vida das mulheres que estavam em Greenham e as transformações sofridas enquanto tais vidas eram construídas. Em um trabalho anterior, eu havia sugerido que Greenham era uma comunidade lésbica". A noção de comunidade lésbica é estática e hermética; ela sugere a idéia de uma comunidade de mulheres que já tenha estabelecido identidades lésbicas. Este não era o caso de Greenham" (p. 279).

O fato é que Rosenell resgata seus dados, sob a perspectiva pós-moderna das ciências sociais, saindo em busca da desordem social, ao contrário de toda a tradição clássica da antropologia britânica de etnografias sobre a ordem. Nessa revisão etnográfica, Greenham transforma-se no espaço liminar de subversão da ordem de gênero, onde a desestabilização das identidades sexuais das mulheres comuns torna-se a regra. Não há apenas mulheres lésbicas no acampamento: a diversidade de práticas e identidades sexuais está na mesma medida da liberdade que reinava em Greenham. O conceito de feminismo *queer*, um princípio sugerido por Steven Angelides no qual a autora busca inspiração, pressupõe, como um substantivo, a descrição do que está fora da normalidade heterossexual; mas também, como um adjetivo, aponta para o que é

estranho, excêntrico ou suspeito. Por essa polifonia de sentidos, Rosenell não hesita em apropriar-se do conceito para descrever a (des)estrutura social de Greenham. A política, a ética e a (des)organização de Greenham eram intensa e apaixonadamente *queer*, da mesma forma como a etnografia de Rosenell é inesperada na abordagem de alguns temas.

Rosenell foi, aos 16 anos, uma mulher comum de Greenham, isto é, uma das mulheres militantes da base. Lá permaneceu como *camper*, condição que lhe permitiu uma relação cotidiana mais intensa com o lugar. Dentre as categorias sugeridas para compreender o grau de envolvimento de cada mulher com o acampamento, a autora sugere uma tripartição do vínculo: *visitors*, aquelas que esporadicamente iam a Greenham, mas não moravam lá; *campers*, as que viviam no lugar; e *stayers*, aquelas que visitavam regularmente o acampamento, acabavam ficando por alguns dias, mas não moravam definitivamente. As razões pelas quais essas diferentes mulheres decidiam ir viver na base eram as mais variadas, havendo inclusive um certo viés religioso no encantamento, um tema não explorado por Rosenell na análise das entrevistas. A inexplicabilidade da atração por Greenham era recorrente entre as mulheres comuns, um dado que valeria um paralelo com organizações altamente estruturadas e regulamentadas, como os mosteiros ou conventos, mesmo que fosse apenas para ressaltar o contraste social entre os dois espaços. Entretanto, o fato mais curioso da etnografia é a distância descritiva que o texto assume em relação à própria biografia da autora como uma mulher comum de Greenham, praticamente não havendo referências em primeira pessoa, exceto no primeiro capítulo, uma espécie de introdução. Rosenell não é uma mulher comum apresentada por meio das entrevistas; ela é a autora do livro, e para tanto reveste-se da autoridade moderna de escritora. Por outro lado, no entanto, a narrativa é tão intensa que assemelha-se a um diário de memórias de Rosenell. Esse limite entre a análise etnográfica e as lembranças é tênue no texto, uma sutileza que imprime um certo tom saudosista à narrativa.

Outros temas poderiam ter sido explorados em *Common Women, Uncommon Practices*, uma vez que a abundância etnográfica do livro deixa espaço para certas perguntas. A primeira delas é sobre a relação entre a ação política pela paz (o capítulo oitavo, *Action Stories*, é valioso pelo

registro histórico da ações realizadas pelas mulheres) e a intensidade sexual existente no acampamento. Não restam dúvidas de que havia uma correlação íntima entre a sexualidade livre, e em certa medida desgovernada, de Greenham e as ações coletivas realizadas. Infelizmente o tema não é explorado em toda sua potencialidade. A sexualidade e a política se unem na narrativa para imprimir a identidade *queer* a Greenham, mas não como duas categorias conceituais mutuamente dependentes para a constituição do espaço de resistência política e liberdade sexual. Sexualidade e política são dois elementos intensos do livro, mas foram apartados pela narrativa, já que Rosenell não foi capaz de agregá-los e de demonstrar sua interdependência. Não eram mulheres quaisquer que lutavam contra a militarização, mas mulheres *queer*, isto é, mulheres capazes de desconstruir suas referências de gênero e suas práticas sexuais.

Common Women, Uncommon Practices merece ser lido não apenas pelo registro histórico e etnográfico de uma experiência inigualável do feminismo pela paz que foi Greenham, um tema ainda pouco explorado na abordagem da luta feminista como um todo, mas principalmente pela intensidade da narrativa de Rosenell, que ousa ultrapassar as fronteiras da teoria de gênero tradicional, avançando para campos ainda pouco explorados, tais como o do feminismo *queer*.

* Todas as citações do livro correspondem a traduções livres minhas.

DEBORA DINIZ ■

Voces desde las sombras

Historia de las mujeres en la Argentina. Colonia y siglo XIX

LOZANO, Fernanda Gil, PITA, Valeria y INI, María Gabriela (dir.)

Buenos Aires: Taurus, 2000. 314 p.

La aparición del primer volumen de esta colección, es un intento explícito de "no sólo hacer visibles a las mujeres dentro del territorio que conformó a la Argentina sino también de elevarlas a la categoría de *sujetos dignos de la Historia*." Y las autoras llevan su pretensión más allá, "esperando la conformación de una nueva y renovada *historia social argentina*, entendida como un relato global que, aunque heterogéneo y complejo, pueda dar cuenta de los diferentes sectores que formaron en el pasado a la sociedad argentina, sin

connotaciones androcéntricas ni prejuicios sexistas."

El libro está estructurado en tres ejes: *Encierros y sujeciones, Resistencias y luchas, Cuerpos y sexualidad*.

En el primero, los trabajos "La fama de la hechicera. La buena reputación femenina en un proceso criminal del siglo XVIII", de Judith Farberman, "Las madres indias también tienen corazón", de Juan Luis Hernández, "Las afroargentinas (1750-1880)", de Marta Goldberg, "Mujeres en la frontera", de Laura Malosetti Costa, y "Inferioridad jurídica y encierro doméstico", de Dora Barrancos, contradicen el sueño de "país blanco", mostrando como género es una categoría relacional que se imbrica y constituye a las de clase y etnia. Así, las indias acusadas de hechiceras son castigadas según su reputación, y a esta reputación se la cataloga como "buena" o "mala" dependiendo de su observancia de la fé católica, su independencia, su libertad sexual o de sus relaciones con su comunidad de pertenencia.

Los y las invisibles de la historia argentina

radicadas en la zona guaraní, que Hernández hace conocer para iluminar la práctica común de robar niños indios a sus madres.

Las esclavas africanas y sus descendientes, sólo presentes las causas judiciales, por sus transgresiones a un sistema brutal que, al considerarlas como cualquier objeto, "eran tasadas, vendidas, rematadas, hipotecadas, embargadas, alquiladas, donadas y heredadas" y que como personas, eran comúnmente un "objeto sexual, con la circunstancia agravante...de que siempre eran violadas, abusadas y castigadas, se las consideraba culpables por su supuesta "naturaleza obscena". La mirada eurocéntrica de los amos no daba cuenta de la contradicción de entregar el cuidado de sus hijos pequeños a esos seres considerados brutales. Mujeres que no dudaban en recurrir al aborto y al infanticidio para sustraer a sus propios hijos del horror que les esperaba.

A pesar de que las cautivas indias en poder de los blancos fueron numericamente más significativas, el lugar que el imaginario del siglo XIX les concede a las cautivas blancas es mucho más importante. La literatura e imágenes creadas alrededor de larga guerra de fronteras, es descifrada a la luz del "conflicto racial-económico-político-militar que gravitó en la conformación de una identidad subjetiva en términos de nacionalidad". La imagen romántica de la cautiva invertía la realidad del despojo a los indígenas presentado el robo de las mujeres como una prueba, no sólo de la crueldad de éstos, sino que buscaba impactar en el público masculino, "los resortes íntimos de su virilidad".

El análisis de la inferioridad jurídica de las mujeres en el siglo XIX, lleva a la autora a afirmar que el derecho partía de dos premisas contradictorias: la incertidumbre acerca de la ingobernabilidad de las mujeres y la certeza de su inferioridad biológica, premisas que la confinaban irremediablemente al encierro hogareño.

En *Resistencia y luchas*: "Una viuda de 'mala vida' en la colonia riojana", de Roxana Boixadós, "Una gavilla indisoluble. Las teresas en Córdoba (siglo XVIII)", de Gabriela Braccio, y "Cien años de periodismo", de Lily Sosa de Newton, las mujeres reaccionan estableciendo estrategias que cuestionan los usos y costumbres hegemónicos. La viuda descañada que no responde al ideal de castidad, las monjas rebeldes ante lo que consideran una afrenta a su autonomía y las periodistas pioneras, muestran los espacios de

negociación e impugnación que cada grupo subalterno desarrolla, no sin contradicciones, fisurando el complejo entramado de su subordinación.

El libro se cierra con *Cuerpos y sexualidad*: "Parir es morir un poco. Partos en el siglo XIX", de Alejandra Correa, "Maternidad, cuestión social y perspectiva católica. Tucumán, fines del siglo XIX", de María C. Bravo y Alejandra Landaburu, "Infanticidios. Construcción de la verdad y control de género en el discurso judicial", de M. Gabriela Iní, "Cuerpos femeninos y cuerpos abyectos. La construcción anatómica de la femineidad en la medicina argentina", de Pablo Bern, y "Damas, locas y médicos. La locura expropiada", de Valeria Pfla. Trabajos todos que reflexionan desde una mirada que nos dice mucho acerca de la recuperación del cuerpo de las mujeres y su politización por el feminismo. ¿Quién hubiera osado describir los partos como "morir un poco" sin la existencia de un movimiento, que no ha dejado de denunciar la manipulación y tortura a que han sido expuestas las mujeres por la corporación médica? ¿Cómo atreverse a señalar al infanticidio como "último acto de amor", sin el cuestionamiento profundo a la institución de la maternidad, que vienen realizando tantas pensadoras feministas?

Provocativos, fundamentados y esclarecedores, los artículos de esta sección iluminan acerca del disciplinamiento en un período de nuestra historia donde las nuevas ideas "científicas" pretendían ordenar lo que debían ser el cuerpo y psiquis femenina. En una época, además, donde la presencia de lo diferente provocaba horror, llámese esa diferencia hermafrodita, inmigrante, loca, anarquista, socialista, indígena, infanticida o negra. (Y qué no decir de las distintas combinaciones!)

A fines del siglo XIX, ante el proceso de consolidación del estado liberal, la Iglesia católica desarrolló fuertes estrategias para oponerse a la secularización por un lado, y por otro, a las ideas libertarias y socialistas que impactaban en el movimiento obrero ante la creciente conflictividad social. Si a la lucha de clases le oponía un modelo corporativo de obreros y patrones, a la Ley de Matrimonio Civil, le opuso el modelo "mariano" de la mujer, que le atribuía a ésta la integridad y virtud asociadas al rol maternal. Cuando dos años después, en 1901, se presenta un proyecto de ley de divorcio vincular, las autoras observa cómo, tanto liberales como católicos sostienen sus

posiciones antagónicas basándose en la repercusión que tendría sobre las mujeres y los niños.

El proceso de secularización es también el hilo conductor del trabajo de Pita, donde muestra, cómo el control de la locura de las mujeres pasa de la Sociedad de Beneficencia a la medicina psiquiátrica moderna, a medida que los discursos y las prácticas sobre la locura fueron complejizándose y la nación necesita neutralizar el *perigo* de la locura.

A través de la figura de la histeria, se agrupaban verdaderas definiciones de las mujeres y de la condición femenina y toda una batería de escalofrantes "tratamientos", basados en la ciencia de la época, que pretendían arrancar de los cuerpos el mal.

A la misma concepción cultural de la ciencia médica responde el saber biológico sobre el cuerpo femenino, que trabaja Ben en su artículo. Dado que "los fenómenos psicológicos son la expresión de procesos biológicos", el discurso médico era la autoridad tanto en los procesos biológicos como en los comportamentales, definiendo la maternidad, los deberes de cada sexo, ignorando la menstruación y la existencia del clítoris o imponiendo una correlación entre locura y desórdenes del aparato genital.

Así, como los médicos generaban afirmaciones imperativas sobre lo que era y debía

hacer una mujer, la identidad femenina que no se correspondía con el cuerpo era negada como una falsedad.

Por último, el excelente y revulsivo artículo de Ini sobre el infanticidio, muestra como "el Estado y el derecho se posicionan no sólo desde un lugar patriarcal, sino desde una superioridad de clase" para juzgar a las madres trabajadoras que se deshacen de sus hijos. El infanticidio nos permite develar la construcción de la maternidad en todo lo que ésta tiene de opresiva en tanto modelo e ideal para todas las mujeres, modelo inapelable que se justifica en la biología y en un sagrado "instinto". Acaso no es el mismo modelo el que las lleva al crimen? El análisis de la maquinaria judicial puesta en marcha en los dos casos analizados, nos dice mucho sobre los cuerpos de las mujeres en tanto sitio de la reproducción biológica, formas de control de la sexualidad y entramado social donde se dirimen "ficciones" oficiales basadas en que todas las mujeres son naturalmente madres.

El primer volumen de *Historia de las Mujeres en Argentina*, es un intento válido de ir construyendo un examen crítico de la historia argentina, incorporando la categoría de género, lo que significa enriquecerla y poner las cosas en su lugar.

MONICA TARDUCCI ■

Saúde reprodutiva no Brasil: avanços e perspectivas

Políticas, mercado, ética, demandas e desafios no campo da saúde reprodutiva

ARILHA, Margareth e CITELI, Maria Teresa (orgs.)

São Paulo: Ed. 34/Comissão de Cidadania e Reprodução, 1998.

Muito tem sido escrito nas últimas décadas sobre as questões de saúde reprodutiva no Brasil. O debate sobre o tema tem conseguido direta ou indiretamente se integrar às lutas sustentadas por diferentes sujeitos sociais: movimento feminista (incluindo-se vários setores organizados tais como mulheres negras, mulheres do campo etc), parlamentares, organizações não governamentais, Estado e partidos políticos, entre outros. Do diálogo entre esses diferentes sujeitos tem resultado a produção de obras que representam um marco no longo processo de legitimação das demandas

na área. O conjunto dessas obras encontra-se atualmente enriquecido por esta recente publicação organizada por Margareth Ailha e Maria Tereza Citelli, intitulada *Políticas, mercado, ética, demandas e desafios no campo da saúde reprodutiva*.

Nela estão reunidos sete artigos sobre diferentes temas, assinados por profissionais cujo perfil, de acordo com as notas de apresentação dos autores, possui pelo menos um denominador comum: todos atuam no campo da saúde reprodutiva, assessorando, coordenando, comandando instituições que têm desempenhado um papel relevante na área. Esse denominador comum permite que o significado do livro extrapole os limites da produção acadêmica tradicional (identificada com as reiteradas discussões sobre os resultados de pesquisas, e sempre preocupada em re-colocar os problemas de investigação) para situar-se no ponto de convergência entre duas intenções básicas: elaborar um balanço das conquistas na área, principalmente a partir da década de 80, e identificar os principais desafios que se colocam a partir do presente diante das pressões do mercado, das novas exigências éticas e das regras do jogo da política num contexto de economia global.

Nesse balanço apresenta-se a real dimensão dos significativos (ainda que possam ter sido tardios) avanços ocorridos tanto no plano nacional quanto no plano internacional enquanto resultado de uma estratégia desenhada para vincular, a nível das instâncias que norteiam as atuais políticas de população mundiais, a noção de saúde reprodutiva ao conceito de gênero e à perspectiva dos direitos humanos, de acordo com as demandas sociais. Essa atitude por sua vez possibilita que os novos desafios (que não são poucos nem pequenos) assumam um conteúdo real, vislumbrando-se as possibilidades de enfrentá-los, ainda que esse enfrentamento venha a exigir grandes e continuados esforços por parte dos sujeitos interessados.

O primeiro artigo da coletânea, escrito por Margareth Ailha, apresenta uma série de reflexões no campo da saúde reprodutiva, destacando as relações entre o movimento feminista e as políticas de saúde. Com base num breve histórico dessas complexas relações a autora constata que embora esse movimento seja responsável por várias e importantes mudanças culturais, tem demonstrado no geral pouca agilidade no que se refere a uma participação mais efetiva na estruturação das po-

líticas de saúde. Citando a baixa participação na implementação do SUS como exemplo, ela indica que cabe ao movimento enfrentar, entre outros, um novo desafio: o de "explorar as possibilidades de executar políticas de saúde que o próprio sistema oferece e não perder de vista as possibilidades de construir políticas que de fato se atenham à incorporação de gênero" (p. 20). Para tanto, segundo a autora, torna-se necessário tentar intervir tanto sobre o Estado quanto sobre as "instâncias normativas" e o mercado, no sentido de garantir uma aproximação maior entre as conquistas obtidas no plano formal (consagradas em 1994 no Cairo e em Beijing em 1995) e a realidade das políticas de saúde, supondo-se a realização de alianças com outros segmentos da sociedade.

O segundo artigo, elaborado por Sônia Correa, se dedica a questionar a submissão às regras de mercado, através da análise do consumo de anticoncepcionais injetáveis, no caso o Depo-Provera, recentemente relançado no país por laboratórios internacionais. A autora mantém o argumento relativo à necessidade de articulação dos diferentes sujeitos envolvidos com as demandas no campo da saúde reprodutiva, no sentido de intervir no mercado e no Estado, na tentativa de estabelecer novas regras que preservem a integridade das consumidoras. Considerando que "a correlação entre a disseminação das modernas tecnologias anticoncepcionais e os direitos humanos das mulheres constitui possivelmente um dos momentos mais controversos na história contemporânea da regulação da fecundidade" (p. 29), ela relaciona as questões de mercado à dimensão ética, identificando novos desafios: "a necessidade de cautela redobrada, de procedimentos claros em termos dos protocolos de conduta para os profissionais de saúde, dos esforços publicitários e dos esforços de informação às usuárias não apenas quanto à eficácia, riscos e efeitos colaterais, como também quanto aos mecanismos e recursos disponíveis para assegurar seus direitos em casos de abuso e danos de saúde" (p. 37). Cobra-se assim da indústria farmacêutica que assuma suas responsabilidades sociais, e do Ministério da Saúde que cumpra seu papel de regulação e normatização.

O terceiro artigo, apesar de tratar de um outro tema — a epidemia de HIV/AIDS — mantém várias das preocupações contidas nos anteriores. Nele Jane Galvão se dedica a elaborar inicialmen-

te um perfil das ONGs que atuam no combate à AIDS no Brasil desde 1985; em seguida a autora caracteriza as linhas gerais do Projeto de Controle da AIDS e DST*, (atual Coordenação Nacional de DST e AIDS) iniciado em 1992 pelo Ministério da Saúde, com financiamento do Banco Mundial; por último, ela sintetiza os desdobramentos da XI Conferência Internacional de AIDS realizada em 1996 em Vancouver, Canadá, ressaltando a importância da decisão tomada pelo PNDST/AIDS no sentido de distribuir gratuitamente os medicamentos para os soropositivos.

Ao realizar esse percurso, Galvão identifica as mudanças de paradigmas que ocorreram no período, sintetizando as interações entre as respostas governamentais e as não governamentais, e ainda apontando a emergência de novos sujeitos na elaboração das políticas: os soropositivos e os trabalhadores sexuais.

Os desafios para o conjunto dos atores envolvidos são, segundo seu ponto de vista, compreender os cenários regionais e nacionais e rever os modelos de prevenção, até agora demasiadamente centrados no indivíduo, para enfrentar a correlação atualmente evidente entre AIDS e pobreza.

Denise Dourado Dora apresenta o quarto artigo, cujo objetivo é identificar os instrumentos internacionais de proteção aos direitos humanos e os sistemas de proteção e implementação nacionais, em sua relação com os direitos sexuais e reprodutivos, para "que se possa, coletivamente, em âmbito nacional e internacional, ir definindo uma agenda de responsabilidades, compromissos e estratégias frente ao seu desrespeito" (p. 73). Analisando a evolução das conquistas obtidas internacionalmente a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinada em 1948, a autora ressaltava a importância da Conferência sobre População e Desenvolvimento realizada no Cairo em 1994, bem como da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing, em 1995, no que se refere ao respeito à autodeterminação no âmbito do comportamento reprodutivo e à garantia das condições de saúde reprodutiva.

Os desafios atuais são interpretados enquanto consequência da "necessidade de desenvolver jurisprudência a partir de casos concretos, de denúncias individuais e coletivas", pois, segundo a autora, "já existem elementos suficientes, seja na doutrina, seja na legislação de direitos humanos, para configurar os direitos sexu-

ais e reprodutivos como direitos humanos, exigíveis dentro dos sistemas de proteção existentes" (p. 80).

No quinto artigo, Marco Segre se dedica a teorizar sobre as dificuldades de "combinar, de forma dinâmica, adaptada às situações concretas, justiça social e autonomia individual" (85). Para ilustrar essas dificuldades ele examina os conflitos éticos que envolvem a possibilidade de discriminação do aborto, bem como alguns dos aspectos também conflitantes que permeiam as relações entre os profissionais de ginecologia e obstetrícia e seus pacientes menores de idade. Por último, o autor elabora uma reflexão ética sobre os transexuais.

Os desafios que podem ser inferidos da leitura do texto dizem respeito à necessidade de que haja, por parte dos profissionais que atuam nesses campos, respeito à individualidade e as diferenças entre as pessoas, colaborando para que possam superar os seus conflitos sexuais e reprodutivos.

No penúltimo artigo Edna Roland coloca em discussão a saúde reprodutiva da população negra com base num breve histórico sobre planejamento familiar e numa apreciação crítica sobre o debate a respeito do comportamento reprodutivo no interior do movimento das mulheres negras. Revelando as sutilezas e as complexidades desse processo, a autora chama a atenção para a questão da esterilização feminina advertindo que o debate sobre esse tema embora não tenha sido consensual no interior daquele movimento (e talvez até por isso mesmo), possibilitou a construção de "uma visão própria no campo da saúde reprodutiva, diferenciada das matrizes teóricas e políticas tanto do movimento negro quanto do feminista" (p. 103).

Após situar os principais marcos que geraram essa consciência, a autora identifica como um grande desafio para os ativistas, pesquisadores e profissionais, a produção de um conhecimento que ao invés de reforçar os mecanismos de discriminação e marginalização, promova a dignidade, a igualdade e a equidade.

No último artigo, André Nunes e Sérgio Francisco Piola refletem sobre as interações hospitalares no SUS, com ênfase nas variáveis sexo e idade. Baseados nos dados obtidos através da Datasus - Movimento de Autorização de Interações Hospitalares relativos ao ano de 1994, os autores identificam as principais causas de morbidade feminina e masculina, ressaltando a importância das afecções pulmonares e das entero-

infecções nas primeiras faixas etárias, dos eventos obstétricos e dos tratamentos psiquiátricos na fase adulta, e dos problemas circulatórios e pulmonares nos idosos. Entre os principais desafios, destacam a necessidade da prevenção, da desospitalização e da informação como meios de contornar as dificuldades enfrentadas pela população.

Concluindo, pode-se dizer que o denominador comum entre os autores, referido no início desta resenha, proporciona que esse livro possa ser interpretado como um instrumento de luta, pois não se pode falar nos avanços percebidos

ao longo de anos de ações práticas na luta pela cidadania sem falar em *novas perspectivas* que se abrem para os cidadãos em geral. Tampouco pode-se apontar *novos desafios* sem contribuir para a revitalização das teorias e conceitos.

* Doenças sexualmente transmissíveis.

LUZINETE SIMÕES MINELLA ■

Ansiedades de gênero, paradoxos do feminismo

Why feminism? Gender, Psychology, Politics

SEGAL, Lynne

New York: Columbia University Press, 1999, 286p (Série *Gender and Culture*, editada por Carolyn G. Heilbrun and Nancy K. Miller).

O livro de Lynne Segal é uma grande contribuição à discussão feminista do fim do século XX frente à urgência de um balanço de mais de três décadas de teoria e prática feministas. Sua postura a coloca ao lado de pensadoras influentes, como a filósofa americana Susan Bordo e a socióloga Judith Lorber, que embora reconheçam os importantes desafios colocados pelas teorias de inspiração pós-moderna e sua ênfase no "texto" e nas práticas discursivas, insistem ainda na necessidade de resgatar a herança dos primeiros estudos feministas, que procuravam desvendar como a desigualdade de gênero e a dominação masculina se reproduzem em práticas e instituições sociais concretas.

Desde o primeiro capítulo, intitulado *Generations of Feminism*, Segal reivindica a noção de uma transformação social coletiva que, segundo argumenta, estava sempre presente no trabalho das pioneiras feministas da década de 70, e pergunta até que ponto os feminismos da década de 90, particularmente em suas expressões desconstrucionistas e de *queer theory*, não levam ao abandono de tal projeto, em prol de "escolhas" e "liberdades" individuais.

Segal problematiza a forma em que se tem construído o debate entre *Igualdade e diferença*, sugerindo que essa polarização é pelo menos parcialmente enganosa, forçando-nos a "fazer opções", onde cabe mais construir noções que dêem conta de complexidades e paradoxos. A autora questiona os processos atuais da construção de nossa "memória feminista", impugnando algumas das leituras feitas sobre a história da teoria feminista que talvez tenham se influenciado demais pela mesma reação política (*backlash*) e pelos discursos "pós-feministas" que estão na moda, ao retratar as gerações anteriores ora como reducionistas (perseguido uma estratégia simplista de "inclusão" das mulheres) ora como radicais "demais" (como se o poder masculino fosse a única dimensão do poder social). Em contraposição a essa leitura, ela argumenta que os trabalhos dos anos 70 — principalmente

das "feministas socialistas", que tanto contribuíram para a tentativa feminista de teorizar sobre as mulheres e as relações de gênero sem desvinculá-las de outras lutas sociais — eram geralmente mais nuançados e complexos do que muitas das atuais críticas queiram reconhecer:

As I hope to show, although they [seventies feminists] never used the rhetoric of deconstruction, the third stage is not so far removed from where many second-wave feminists came in. Attempting to avoid the problems of straightforward inclusion in, or exclusion from, the masculine symbolic order and world organized primarily around men's interests was the problem many feminists tried to tackle all along (p. 16).

Longe de simplesmente defender a *igualdade* como "inclusão" (um conceito facilmente apropriado pelo discurso social liberal) essas teóricas (como Sheila Rowbotham, Mary McIntosh, que Segal cita) de fato defendiam a transformação profunda de todas as relações sociais daquela sociedade que Zillah Eisenstein e suas colegas chamaram de "patriarcado capitalista".¹

No entanto, Segal não desconsidera a importância das contribuições associadas às "teóricas da *diferença*", particularmente expressas em algumas vertentes do feminismo francês. Reconhece a importância de seu projeto de resgatar do silêncio, dar voz a, e reconstituir as subjetividades femininas negadas por uma histórica cultura masculinista: "The attraction of such difference theory, which encourages the feminist to speak 'as a woman', is obvious. The revaluing of those aspects of women's lives and experiences previously ignored or demeaned in male-centred theorizing was, and remains, crucial to feminist research and practice" (p. 30).

Persiste, no entanto, o grande problema do tipo de status teórico que é dado ao conceito de *diferença*, que, se privilegiado demais, parece reduzir as mulheres ao espaço que a cultura patriarcal criou para elas, negligenciando entre outras coisas as formas como classe, raça e outras formas de marginalidade são igualmente constitutivas da subjetividade e do destino das mulheres. Segal critica também as vertentes

feministas que, baseadas em Lacan, trabalham a partir de uma noção do Feminino como uma espécie de alteridade absoluta, historicamente excluída da Cultura, e das formas de representação da ordem simbólica sempre e contudentemente fálica. Essa postura, que parece negar a existência de qualquer brecha ou resistência cultural dentro daquela ordem, muito contraditoriamente aposta na possibilidade de as mulheres conseguirem "pular para fora" desta ordem.

Por outro lado, as que rejeitam qualquer noção de diferença, como nas perspectivas pós-estruturalistas atuais que montam um argumento contra *qualquer tipo* de conceitualização que generaliza sobre as mulheres, tampouco conseguem se livrar das contradições. No segundo capítulo do livro, "Gender to Queer, and Back Again", Segal avalia o status das diferentes tentativas de teorizar identidades de gênero que desde as primeiras discussões de "diferenças" até as atuais desconstruções de construções binárias, parecem culminar naquilo que Susan Bordo chamou de *gender skepticism*,² desprezando a mesma categoria que a teoria feminista tanto lutou para incorporar à análise social. Por exemplo, para algumas teóricas pós-modernas, qualquer tentativa de falar sobre a mulher ou as mulheres é produto da normatividade discursiva que se impõe aos sujeitos, quer dizer, exatamente produto daquele poder a que os sujeitos resistem, ou podem resistir, através da *transgressão*. Discutir a condição feminina equipara-se então a reproduzi-la, conduzindo portanto a uma recusa dos usos das categorias de "mulher" ou de "gênero". Mas dessa forma torna-se muito difícil qualquer ato político para o qual precisa-se de noções de poder de gênero ou da opressão de mulheres enquanto mulheres.

Segal reconhece e aprecia os méritos do trabalho teórico complexo de Judith Butler e entende que, para Butler, a noção de *gender performativity* situa o indivíduo numa realidade cultural que produz tensões e conflitos. O aspecto "performativo" remete a uma maleabilidade ou fluidez na mesma interação cotidiana onde a "heteronormatividade" é reproduzida, podendo também ser contestada. Como Butler mesma se empenha em esclarecer, a noção de *gender performativity* não deve ser interpretada como se o gênero fosse uma máscara ou fantasia que se vestisse e desvestisse, mas como se ele fosse produto de discursos culturalmente construídos e

Impostos. No entanto, para Segal é preocupante a tendência desse tipo de análise de privilegiar demais o indivíduo, não só como categoria (unidade de análise mas também como ator social principal, e de minimizar as construções históricas das relações entre sujeitos e práticas ou instituições sociais ainda profundamente "generalizadas". Essa seria a tendência de muito do que se tem produzido no campo da *queer theory*, em sua visão da "natureza subversiva" das "identidades" e práticas sexuais dissidentes. O gênero torna-se uma grande prisão, da qual as tentativas de fuga individual são privilegiadas. Por exemplo, há uma tendência notória de romantizar práticas como o *drag* e até o transsexualismo, como se esses fossem os grandes desestabilizadores das identidades de gênero. Para Segal, no entanto, essas mesmas práticas podem ser vistas talvez como os melhores exemplos da grande importância que o mundo atual continua dando às categorias binárias de gênero: definem-se totalmente nos termos dessas categorias, envolvendo uma espécie de troca que serve muito mais para reforçar e consolidar do que para minar as oposições masculino/feminino, heterossexual/homossexual ou homem/mulher.

A autora, professora de psicologia e estudos de gênero na University of London (Birkbeck College) dedica alguns capítulos do livro a debates especificamente ligados às áreas da psicologia de gênero e da psicanálise que têm surgido ou renascido nesses tempos de grandes "ansiedades de gênero". Para quem já teve que encarar, dentro e fora da sala de aula, as renovadas investidas da sociobiologia, o capítulo "Genes and Gender: The Return to Darwin" esclarece o uso enganoso que a psicologia evolucionista faz da contribuição de Darwin à compreensão da evolução humana. A psicologia evolucionista apela para uma versão empobrecida tanto da biologia quanto da cultura para explicar as "diferenças sexuais" universais, que segundo essa perspectiva persistirão apesar de qualquer política feminista (e a despeito de toda a evidência acumulada de diversidade histórica e cultural). Baseia-se na idéia de que o princípio fundamental de toda a vida humana e animal se resume na maximização das estratégias reprodutivas, das quais — no caso humano — emergem determinados comportamentos ou atitudes psicológicas com os quais as culturas se fabricam. Apropriam-se só superficialmente do conceito darwiniano da "seleção natural" para explicar a "agressividade masculina" ou a

qualquer tipo de evidência específica sobre a história evolutiva desses traços, ou seja, "the forces operating in particular contexts which select certain features because they enhance survival over other less adaptive ones which have disappeared" (p. 91). Isso se torna ainda mais questionável quando olhamos para o desenvolvimento recente da genética evolucionista, que enfatiza cada vez mais "the random and historically contingent nature of genetic change over time" (p. 101) e a posição de cientistas de renome como Gould, Lewontin e Rose, que defendem uma noção de evolução que inclui e incorpora a diversidade, a flexibilidade e a complexidade dos comportamentos humanos: "what millions of years of genetic change has selected for in the human species is not any single set of 'natural' rules for development ('sexual' or otherwise); rather, it has brought about the far more impressive, open and flexible trend towards even greater complexity, even greater adaptability" (p. 103).

O apego à biologia, às custas da cultura, aparece muito na psicologia, segundo Segal, exatamente porque os psicólogos "têm medo da mente humana", quer dizer, de sua complexidade e do desafio que ela apresenta para as pessoas que desejariam inventar formas mais puras, sistemáticas e limpas para sua compreensão, previsão ou controle. Isso explica também a pouca receptividade da psicologia acadêmica à contribuição psicanalítica, questão que ela aprofunda na segunda parte do livro, dedicada ao encontro entre as várias perspectivas que na psicologia abordam a problemática de gênero.

A partir de nossos interesses atuais, e das profundas "ansiedades de gênero" que, como Segal argumenta, permeiam nossa sociedade e nossa cultura, pode ser difícil acreditar que até a década de 60 a psicologia acadêmica preocupava-se muito pouco com as dimensões de gênero da vida mental, e quando as abordava, não conseguia passar da naturalização para a *problematização*. A mudança começa com a emergência, dos anos 60 para os 70, de uma nova preocupação: o estudo das "diferenças de sexo", que devem ser documentadas, mensuradas e de alguma forma explicadas. Dentro desse campo de estudo, surgiram posições variadas, os "minimalistas" e os "maximalistas", os que se preocupavam com determinar a origem "cultural" ou "biológica" dessas diferenças e os que defendiam mudanças para padrões mais "andróginos" de comportamento.

Como um avanço em relação à pesquisa das diferenças, que tende a se manter presa ao estudo de atributos individuais mensuráveis, emerge também uma psicologia feminista que inclui pessoas identificadas com a perspectiva relacional (*feminist relational psychology*), como a da famosa Carol Gilligan, junto com mulheres terapeutas cuja preocupação é a criação de novas práticas que rompem com o sexismo implícito ou explícito da clínica convencional e ajudam as mulheres a construir ou reconstruir suas vidas a partir de uma percepção feminista da condição feminina. Essa psicologia feminista enfoca "the conflicts and difficulties accompanying the acquisition of normative gender and sexual identities in girls. The dominant theoretical explanations they favor make use of learning theory and cognitive theory, but in line with a more general social construction framework which pays close attention to social context and meanings" (p. 154).

A ênfase dessa perspectiva está na maneira como o gênero *continua operando como um sistema de controle social sobre as mulheres*; é nesse sentido que suas representantes têm persistido em identificar padrões relativamente estáveis de comportamento e esquemas perceptivos e cognitivos pertencentes ainda à "feminidade".

A crítica que Segal faz a essa psicologia, fortemente ligada ao campo social constructionista dos estudos de gênero, consiste em dois pontos principais: primeiro, há uma tendência a não vincular o gênero a outros aspectos da experiência de vida das mulheres, dando portanto uma importância exacerbada às "diferenças" (entre os gêneros); segundo, há uma tendência a cair numa espécie de reducionismo cultural que, em lugar de fornecer uma metodologia para captar a complexidade dos processos de formação de identidade, exagera sua estabilidade, sua coerência interna e sua determinação social unívoca. É aqui que Segal insere a contribuição da psicanálise (e onde eu acredito devesse estar inserida também a contribuição das feministas "pós-modernas" como Butler), cuja *apropriação crítica* poderia servir como um poderoso corretivo para incluir "the nuances of subjective conflict and ambivalence", abrindo nossos olhos para "the contradictory and disruptive particularities of psychic life in relation to culture and history" (p. 157), como instâncias fundamentais de resistência dos sujeitos à normatividade social.³ Ela dedica

um espaço considerável à discussão de tal apropriação crítica, demonstrando inclusive que na história conflituosa da relação entre feminismo e psicanálise, não se trata só da influência da psicanálise sobre a teoria feminista, mas também da relação inversa, quer dizer, da forma como o feminismo tem forçado a revisão da psicanálise, obrigando-a a desenvolver seu potencial de crítica social. Nesse sentido, entendo porque ela propõe uma síntese dessas duas perspectivas, porque se esforça para captar as complexidades e contradições da forma como as instituições e as culturas "constroem" o gênero hoje em dia, vinculadas aos processos profundos de "construção" (sempre ambivalentes e instáveis) das subjetividades individuais.

O livro de Lynne Segal aborda de forma corajosa esses debates sobre gênero e teoria feminista, mostrando como eles exprimem as profundas "ansiedades de gênero" de nossos tempos de mudanças. Como Segal assinala, é provável que o vaivém entre os discursos de "minimização" e "maximização" das diferenças continue e que as "ansiedades de gênero" não se resolvam no plano das discussões teóricas. Ela concorda com a formulação da estudiosa americana Anne Snitow segundo a qual "there can be no transcendence of gender: the paradoxical desire to express, and to escape from, the feminine" (p. 54). Se as tarefas teóricas continuam sendo enormes e nada fáceis, talvez a proximidade com a prática política e social — ao nível do cotidiano, das políticas públicas nos mundos do trabalho e da representação cultural — nos ajude a evitar a frustração e lembrar que o mesmo feminismo, embora contraditório, continua sendo, para nossos tempos, uma visão necessária e uma prática de transformação.

1. EISENSTEIN, Zillah (ed.). *Capitalist Patriarchy and the Case for Socialist Feminism*. New York: Monthly Review Press, 1979.

2. Ver BORDO, Susan. "Feminism, Postmodernism, and Gender Skepticism". In: *Unbearable Weight*. Berkeley: University of California Press, 1993.

3. O que aparece, na psicanálise, não como transgressão consciente, mas como "[the widespread and] frequent failure of the inner world to reflect cultural norms" (p. 157).

As relações de gênero no movimento da dança

Dança, Sexo e Gênero: signos de dominação, desafio e desejo

HANNA, Judith Lynne

Rio de Janeiro: Rocco, 1999. 417p.

Judith Hanna apresenta em seu *Dança, Sexo e Gênero* uma interessante pesquisa sobre a formação, reprodução e/ou contestação de papéis sexuais através da dança. Antropóloga, bailarina e crítica de dança, Hanna enfoca o balé clássico e a dança moderna no século XX, fazendo também um passeio na dança de culturas orientais. Como diz o próprio título, a autora faz uma diferenciação entre o sexo biológico e o gênero enquanto comportamento construído, que parece compatível com a visão de Stoller,¹ pois segundo ele a identidade de gênero é como uma mescla de masculinidade e femininidade em diferentes graus nos indivíduos, independente de serem homens ou mulheres, que tem conotações na biologia.

Alicerçando o desenvolvimento do livro está a concepção *feminista liberal*, articulada à *teoria da modelagem*, de Bandura. Segundo Hanna as feministas liberais acreditam que as mulheres não conscientes da pressão exercida pelo condicionamento do papel sexual são vítimas de sua socialização, situação essa passível de modificação através de uma reforma educacional que elimine a discriminação e lute pela liberdade e pela igualdade de direitos.

Como fundamentação da pesquisa, é apresentada uma base de discussão sobre a formação das identidades feminina e masculina através da educação, e do quanto essas identidades são passíveis de aparecer nos espetáculos de dança.

O livro é dividido em 3 partes: a primeira fala da construção social da realidade, enfocando os papéis de gênero e as imagens de dança; a

segunda discute uma herança universal de dança erótica e de papéis sexuais; e a terceira parte é dedicada à dança de teatro ocidental.

Escrevendo a partir da análise das críticas de espetáculos de dança veiculadas por jornais, a autora analisa as palavras usadas pelos críticos (principalmente do *New York Times*) identificando como a sexualidade e os papéis sexuais são tratados. O discurso da crítica reflete contrastes e semelhanças entre homem e mulher na forma de analisar o corpo, o esforço, o vestuário, o uso do tempo e do espaço cênico. Quando os comentaristas se servem de palavras como "andrógino, erótico, heterossexual, homossexual, sensual, excitante, estimulante" para comentar os espetáculos, são perpetuadas visões de mundo muitas vezes estereotipadas acerca dos papéis sexuais, influenciando o público que deixa de ir ou vai conferir espetáculos por eles indicados.

São analisadas também as imagens da dança, suas fotos, seus passos, as histórias escolhidas para interpretação, como são interpretadas e por quem, buscando padrões de papéis sexuais da vida diária, na forma de transgressão, paródia ou reafirmação. A dança pode refletir o que a realidade é e sugerir o que ela pode vir a ser no campo da veiculação de imagens simbólicas.

A segunda parte do livro é dedicada à sexualidade expressada nas danças de cultura oriental que influenciaram a formação das coreografias ocidentais nos últimos dois séculos. Apresentando diferentes enfoques para a dança em culturas diversificadas, apontando as afinidades e a variedade da experiência humana, a pesquisa tem como objetivo mostrar a amplitude do comportamento humano através da expressão corporal.

Em suas comparações transculturais, Hanna conceitua dança como "um comportamento humano propositado, a partir da perspectiva do dançarino (habitualmente partilhada pela sociedade a que ele ou ela pertence), intencionalmente rítmico e com seqüências culturalmente padronizadas de movimentos não-verbais do corpo que não os das atividades motoras ordinárias, ou seja, motilidade que tenha valor

Culturas como a japonesa, a da Indonésia, as africanas, as muçulmanas e as hinduístas, e principalmente a cultura indiana, trataram o movimento do corpo como forma de comunicação social, através de ritos religiosos ou casamentos — danças culturalmente lícitas para procriação, ou diversão e arte, uma forma ao lidar com a sexualidade completamente diferente daquela do Ocidente. Durante a ocupação britânica na Índia, a dança foi colbida por causa da prostituição que se presumia estar associada a ela; na busca de sua independência cultural a Índia tornou a dança seu símbolo de identidade nacional.

A associação da dança com a sexualidade e o papel sexual deixa à mostra o que cada cultura considera adequado para a perpetuação de seus valores através da afirmação ou negação dos movimentos; portanto pode-se dizer que através da dança criam-se roteiros para a masculinidade e a femininidade.

A dança afrodisíaca, por exemplo, transmite o papel sexual em sua provocação, sendo usada muitas vezes a fim de selecionar o/a companheiro/a e estimular a união, ou também como forma de rito sagrado efetuado para enfrentar forças sobrenaturais. No Islã a dança é considerada o único meio de auto-expressão possível aberto ao sexo feminino; as dançarinas profissionais (shikhat) são chamadas a participar das festas de casamento embora sejam excluídas do meio social no cotidiano por não aceitarem a tutela masculina.

No Extremo Oriente, com a proibição das mulheres em geral de dançar em público, meninos e homens travestidos ocuparam esse papel. Em Marrakech e no Tãnger famosas apresentadoras de dança do ventre das casas de chá e restaurantes turísticos são meninos.² Por outro lado, na estética asiática a função do travesti é retirar a conotação sexual da dança, aferindo uma qualidade moral elevada.

A terceira e maior parte do livro é dedicada à dança de teatro ocidental, pormenorizando a história das modificações de padrões sexuais no balé clássico e na dança moderna, desde as inovações estabelecidas por diferentes coreógrafos até a repercussão na crítica especializada e no público.

Os movimentos e posturas corporais são construídos socialmente e, segundo Hanna, impregnados de diferenças de gênero. A dança, enquanto forma artística de expressão cultural, tem

sido um espaço — como todas as artes — de discussão e reflexão dessa construção. Norbert Elias disse que ao lidar com o próprio corpo a sociedade ocidental, em sua história, reprimiu a exposição do corpo nu, permitindo sua visão apenas na arte, lugar socialmente tolerado como de questionamento e expressão do "não permitido".³

Hanna trabalha sempre com contraposições de idéias,⁴ como ao mostrar a fala de um bailarino que defende a notoriedade de um artista por sua capacidade de desempenhar características tanto masculinas quanto femininas; e a de outro bailarino que diz ser impossível escapar da sociedade, uma vez que, se o vocabulário de um movimento brota do corpo de um *homem*, ele refletirá sua identidade física e social.

A autora separa uma parte do livro apenas para falar sobre questões relativas à mulher na dança, sua revolta contra papéis sexuais tradicionais e também sua participação na reprodução desses papéis. Uma outra parte, ela dedica a questões relativas ao homem, ressaltando que, em seu ponto de vista, a dominação masculina prevalece no mundo da dança como extensão da sociedade.

As companhias, em sua maioria, são dirigidas por homens, os maiores salários são recebidos por bailarinos e quando as mulheres fazem inovações, estas são logo absorvidas, encabeçadas e reivindicadas por homens. São os homens que "aparecem" e dominam, deixando antever que valores e oportunidades econômicas estão relacionadas com papéis sexuais. Por outro lado, desde o final do século XIX algumas mulheres têm assumido posições de liderança nas companhias de balé, abrindo espaço, aos poucos, para discussões do ponto de vista feminino.

É denunciado, no livro, o preconceito em relação às opções sexuais dos bailarinos/as como determinantes do *reconhecimento* de seu trabalho. A homossexualidade masculina foi severamente punida em diferentes épocas, levando à força, à castração e à lobotomia no período colonial americano. Porém o lesbianismo era, de certa forma, tolerado como estimulante sexual masculino ou pelo descrédito dos homens em relação ao que duas mulheres pudessem fazer juntas. A independência da sexualidade feminina era considerada absurda e corrosiva; poucas foram as mulheres que após conquistarem o reconhecimento da laboriosa identidade de bailarinas profissionais ainda assumiram a identidade

ainda mais estigmatizada de lésbica. Quem ousou teve seu trabalho esquecido, como é o caso de Loie Fuller, que teria sido considerada fundadora da dança moderna americana antes de Isadora Duncan, não fosse o incômodo social de sua opção sexual.

Hanna diz que as mulheres não são levadas em conta apesar de o mundo do balé ser conhecido por dois estereótipos: o das meninas de "família" e dos gays, ou seja, o balé como o mundo das mulheres caracterizadas por sua classe social e como o mundo dos homens por sua opção sexual.

O espaço artístico mostra-se receptivo à ambigüidade quando veicula diferentes papéis teatrais a serem representados pela mesma pessoa. Essa possibilidade de um espaço de experimentação de múltiplas identidades salvaguarda uma imagem de conformidade social a ser retomada com segurança. Segundo a autora, o vestir-se de outro lida com critérios de idealização ou ridículo, honra ou vergonha.

Hanna diz que os gays formam grupos de identificação na dança. Na primeira metade do século XX eles se uniram não para ampliar seu espaço, mas para proteger-se mutuamente criando uma forma de sociabilidade. Apenas nas últimas cinco décadas, com o incentivo do movimento feminista, é que os bailarinos com orientação sexual homoerótica⁵ assumiram suas discussões abertamente no palco.

Durante um período vários coreógrafos tentaram desmistificar a idéia da dança como *reducto gay*, procurando afirmar imagens viris e atléticas em seus passos, contrapondo-se à delicadeza da dança. Músculos foram expostos e homens de compleição grande serviram de destaque. À medida que as questões homoeróticas se tornavam mais explícitas no balé, aconteciam também inversões de papéis, como por exemplo na imagem clássica veiculada pela mídia em que o homem sempre é a base que segura e eleva a mulher. Começam então a aparecer coreografias em que homens elevam homens, mulheres elevam mulheres, e mulheres elevam homens.

A referência à religião é um aspecto que retoma constantemente nas discussões do livro. Por motivos religiosos a dança é difundida em culturas orientais; também por motivos religiosos de interdição ao corpo pela formação judaico-cristã, o mundo ocidental vê os lânguidos

movimentos corporais da dança com restrições. Segundo Hanna, a marginalidade imposta ao mundo da dança tem como base a moralidade de fundo religioso.

Diante das transformações ocorridas na dança de teatro ocidental na área de gênero no século XX, podemos fazer um paralelo com o trabalho de algumas artistas plásticas que também abriram um espaço significativo para a discussão dos papéis de gênero em outros ramos da arte. Tal é o caso da americana Barbara Kruger, que utiliza a imagem verbalizada como poética de suas criações. A artista fez seu primeiro trabalho em português numa série de *outdoors* concebidos para o MAC/SP em 1992. Sobre a imagem central ampliada de um rosto feminino imóvel analisado pelo olhar técnico de um "outro", sobrepunham-se duas tarjas com os seguintes dizeres: "Seu corpo é um campo de batalha" e "Mulheres não devem ficar em silêncio". Com esse trabalho, bem como em toda a sua poética, Kruger procura o diálogo direto com o público através de suas instigantes mensagens-denúncias.

A carioca Lia Menna Barreto utiliza constantemente em suas instalações, corpos de bonecas plásticas refletindo sobre os condicionamentos e as articulações dos papéis femininos. Em *Máquina de Bordar*, sementes de milho são plantadas sobre frotas de algodão, que quando regadas, brotam bordando o tecido com suas raízes. Em *Bonecas com Plantas* (1998), ela utiliza cabeças de bonecas como vasinhos para diversos tipos de plantas.

A artista plástica Anna Carolina fala em suas gravuras dos problemas de comunicação no relacionamento humano. Na série *Utensílios do Lar* ela expõe diversos objetos de utilidade doméstica, como liquidificador, ferro elétrico, tábua de carne; abalço dos objetos eram reimpressos títulos de reportagens de crimes passionais, onde homens, pelos mais covardes pretextos, assassinaram suas mulheres.

O livro em questão usa uma linguagem clara, procurando ampliar a compreensão da articulação entre dança, sexo e papéis sexuais nas artes e na sociedade. Dividido em vários subtítulos que facilitam a leitura, procura alcançar não apenas um público especializado em dança, mas também a todo aquele que se interessar por questões de identidade e gênero.

1. STOLLER, Robert. Uma introdução à identidade de gênero. In: *Masculinidade e Feminilidade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993, p. 28.
2. O que lembra o ganhador do Festival de Dança de Joinville de 2000 e a polêmica fomentada pela mídia sobre o fato de um homem apresentar a dança do ventre.
3. ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
4. É muitíssimo interessante seu estilo, embora ortograficamente a tradução precise urgentemente de

revisão, pois algumas frases são entrecortadas.

5. A categoria "homoeerótica" é aqui usada conforme defende Jurandir Freire da Costa (*Inocência e vício: estudos sobre o homoeroticismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1992), procurando evitar imagens fixas de supostas identidades estereotipadas que determinadas palavras como *homossexual* criam.

ANA MARIA ALVES DE SOUZA ■

Mulheres revolucionárias na década de 30

A Sala 4. Primeira prisão política feminina

CASTRO, Maria Moraes Werneck de

Rio de Janeiro: CESAC (Centro de Estudos e Solidariedade Amílcar Cabral), 1987

A história das mulheres ainda apresenta muitos campos vazios, lacunas que pouco a pouco estão sendo preenchidas por efeito da ação perseverante que elas desenvolvem, num laborioso trabalho de formigas, a recuperar acontecimentos, personagens, feitos que haviam sido esquecidos na cena de fundo da história. Do conjunto de todas as ações que vêm sendo cada vez mais ampliadas pelos estudos feministas, afirma-se um novo contorno historiográfico, no qual pouco a pouco surgem em relevo eventos e personagens a que antes não se havia dado qualquer atenção.

O livro de Maria Werneck, *Sala 4. Primeira prisão política feminina*, escrito e publicado em 1988, constitui um valioso documento para o resgate dos eventos que determinaram a história do Brasil na primeira metade do século XX. Mais exatamente sobre a participação feminina nos acontecimentos políticos que cercaram a insurreição comunista de 1935. Segundo se pode ler no prefácio de Luiz Carlos Prestes, "trata-se, na verdade, de um depoimento de quem

honestamente aspira não deixar que caia no esquecimento o que foram as manifestações de elevada dignidade de todos aqueles que, tendo participado ou não da ampla frente única que foi a Aliança Nacional Libertadora, sofreram as conseqüências da onda de repressão policial desencadeada pelo Governo de Getúlio Vargas e Filinto Müller".

As mulheres, que já vinham buscando se organizar desde o início do século (em 1910 Deolinda Dallo, professora, fundava o Partido Feminino Republicano), na década de 30, sob a inspiração do pensamento marxista, passam a atuar decididamente em prol da "revolução vermelha", na qual depositavam as esperanças de uma nova sociedade, mais justa e igualitária. O sentimento revolucionário foi ativado contudo pela ameaça do nazifascismo que se expandia na Europa, vinda especialmente da Itália e da Alemanha. O país via-se dividido politicamente por profundas cisões ideológicas. Foi um tempo marcado pelo autoritarismo de Vargas, pelo desrespeito aos direitos humanos, por delações e perseguições — "tempo de partido/tempo de homens partidos", como define Drummond. Mas foi também um tempo de sonho, de crença na possibilidade de transformação das estruturas sociais arcaicas, excludentes e discriminadoras.

Maria Moraes, como também é conhecida a autora, viveu a história desses tempos como sujeito ativo. Advogada, de família abastada, filha de Justo de Moraes, um dos maiores juristas da época, tinha um caráter forte e grande capacidade de liderança. Foi uma das fundadoras

e secretária jurídica da União Feminina do Brasil (UFB), representando-a junto à Aliança Nacional Libertadora, movimento organizado em 1935 sob a direção dos comunistas, com o objetivo de derrubar Getúlio Vargas e implantar o governo popular. Em função de tais atividades, foi presa em novembro daquele ano. Levada para a Casa de Detenção da Frei Caneca, no Rio de Janeiro, reparte a grande cela do andar superior do Pavilhão do Primários (prisão onde estiveram Graciliano Ramos, Hermes Lima, o Dr. Campos da Paz, entre muitos outros) com companheiras igualmente valorosas: Nise da Silveira, Beatriz Bandeira, Enelda, Olga Benário, Elisa Ewert, Rosa Meirelles, Valentina Bastos e as operárias Leonilda e Maria Joana, entre outras.

A *Sala 4. Primeira prisão política feminina* relata a experiência política dessas mulheres, sua corajosa e determinada participação nos acontecimentos que cercaram a insurreição comunista de 1935, quando elas assumiram as responsabilidades de seus atos políticos, pagando um alto preço por esse direito. Maria Moraes esteve presa de 1935 a 1938, período em que conheceu por dentro o sistema de repressão da polícia política e os cárceres para os quais era levada. O que lhe permitiu, no entanto, relacionar-se com um espectro múltiplo e diferenciado da humanidade, de intelectuais de elite a gente proletária, trabalhadores e sindicalistas, engajados no sonho vermelho, no qual depositavam suas esperanças mais acalentadas.

Maria Moraes Werneck descreve o dia-a-dia da vida carcerária, traça o perfil das companheiras, lembra as estratégias que criavam para manter a comunicação com os companheiros vizinhos e para se defender da depressão e do abatimento. Salienta os princípios de organização ditados pelas prisioneiras para ocupar todas as horas do dia, alimentação necessária a ânimo e ao espírito, a fim de evitar cair em estado depressivo. Coloca os fatos de acordo com a ótica feminina e, sem literatura, nos dá um relato que faz o contraponto necessário com o célebre *Memórias do Cárcere*, de Graciliano Ramos e com *Travessia*, de Hermes Lima. Não há personalismo em seu relato. A autora narra com objetividade documental os acontecimentos, rememora o companheirismo, as estratégias de sobrevivência que as companheiras forjaram. A presença segura e generosa da Dra. Nise da Silveira, a alegria e o otimismo de Enelda, o canto doce de Beatriz Bandeira, a disciplina e

solidariedade de Olga Benário Prestes, além das torturas sofridas por Elisa Ewert, a Sabo, amiga de Olga, mulher de Arthur Ewert ou Harry Berger, importante personagem do *comintern* soviético que viera com a mulher ao Brasil para coordenar a ação revolucionária comunista na América Latina. Aparece também no livro o momento dramático da retirada de Olga Prestes da prisão para ser extraditada para a Alemanha. Olga estava grávida de sete meses. A Polícia usou o subterfúgio de que ela precisava de cuidados médicos e devia ser levada a um hospital. Desconfiadas de que se tratava de um engodo, as mulheres mobilizaram todos os presos, que fizeram um enorme "canecaço". Maria negociava junto aos policiais para que a companheira não sáísse dali sozinha e exigiu dos policiais que o Dr. Campos da Paz, médico reconhecido, também prisioneiro, as acompanhasse — porque ela própria iria junto. E assim foi, mas só puderam acompanhar Olga até as proximidades de um hospital. Dali foram obrigados a voltar. Cada episódio relembrado reafirma a vontade política das mulheres aqui evocadas por afirmar o estatuto de sujeitos na história, mesmo que, naquele momento em que prevalecia a ação, não se teorizasse desse modo. Nise da Silveira, que define o livro como uma "caldeira de emoções", afirma que, "além de restabelecer fatos históricos muitas vezes deturpados, [o livro] leva o leitor a tomar conhecimento das posições políticas que, há 50 anos, mulheres brasileiras já haviam assumido". Na avaliação da autora, as prisioneiras "representaram alguma coisa nova em sua época, aqui no Brasil. Foram mulheres que acompanharam o momento mundial, não se chegando à luta pelos direitos do "sexo frágil". (p. 101).

Para Moema Toscano, através do relato de Maria Moraes Werneck pode-se acompanhar os primeiros passos de um novo feminismo: "Para nós, mulheres, em particular, é muito gratificante resgatar para a história do feminismo no Brasil, a atuação dessas companheiras que, há mais de 50 anos, buscavam se organizar, criando associações, escrevendo em jornais, ligando-se a partidos de linha progressista e, assim, assumindo uma nítida posição na luta pela nossa emancipação política e social".

Trata-se de uma obra fundamental para a história política das mulheres e para a história do feminismo entre nós. Um estudo que assim se inscreve no âmbito da história social e das

mentalidades. Como ferramenta da história social, a história das mulheres utiliza-se da análise das práticas sociais e das representações nos mais diversos níveis, desde a sociabilidade, as formas de solidariedade, indumentária, estratégias etc. Ponto no qual o relato de Maria Moraes Weneck tem sua ancoragem mais justa. Se nele encontramos o relato fartamente ilustrado de um tempo de grandes tensões políticas, encontramos também precioso material para a análise da construção da identidade das mulheres como sujeitos. Experiências que em muitos casos dão nova dimensão à perspectiva às vezes pouco clara que ainda se tem sobre a participação das mulheres na vida pública na primeira metade do século XX.

Maria Weneck, além de memória privilegiada, revela disciplina intelectual, amparando-se em outras fontes e documentos. O relato é espontâneo, sem retórica nem tiques acadêmicos

ou jornalísticos. Poderíamos definir o texto como "memórias-documento". No entanto, sempre é bom frisar, o que se encontra narrado ultrapassa os limites da Sala 4, como também ultrapassa os limites do feminismo, porque faz o traçado perpendicular da história política do século no Brasil, entre avanços e retrocessos, obscurantismo e lucidez visionária, realidade e utopia, ditadura e democracia. No tempo que vivemos hoje, marcado por certa anomia político-ideológica, resultante do enfraquecimento dos sentimentos nacionais e da ascensão cada vez mais totalizadora do império transnacional, é indispensável que se alimente a chama da memória com os feitos exemplares daqueles que se entregaram de corpo e alma às causas libertadoras e transformadoras da sociedade. E que se façam visíveis as opiniões e visões diversificadas no gênero.

LÚCIA HELENA VIANNA ■